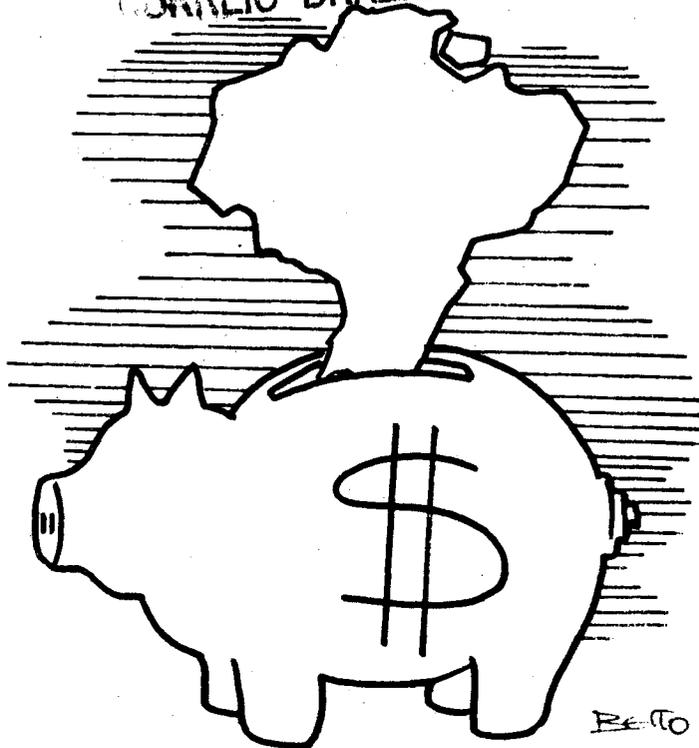


# A hipótese síntese

EXPEDICTO QUINTAS

CORREIO BRAZILIENSE



Re:to

a linha do “deixa estar para ver como é que fica”.

Já são conhecidas algumas pedras do dominó que o ministro Funaro está jogando em nome do Governo do Brasil. A eliminação dos prazos de seis meses que até aqui tem se constituído em fator de instabilidade pelas angústias geradas pela proximidade das datas de negociação e de vencimento é uma delas. O fator tempo terá que ser distribuído ao longo de vinte anos, tempo necessário e suficiente para a fixação de resultados duradouros em nossa economia. O nosso PIB está fechando ao redor de US\$ 260 bilhões anuais. Essa disposição, associada à capitalização dos juros, num encaixe que pode significar 75% do serviço anual junto aos bancos credores, permitirá a ampliação da poupança em moeda

forte para inversões em projetos prioritários no interesse do desenvolvimento social e econômico da Nação. Se mantida nos padrões que levaram o País a declarar a moratória, daqui a 20 anos a nossa dívida junto aos bancos privados passaria de US\$ 60 para US\$ 164 bilhões em 2.007. Jamais nos livrariamos do cativo que nos prende aos senhores de Wall Street.

A planilha de divisas para fechar o contencioso internacional, já para 1987, se apresenta problemática e de difícil aceitação por parte de nossos credores. As contas do Ministério da Fazenda fecham um valor compreendido entre US\$ 6,4 e 6,9 bilhões de “new money” ou de juros capitalizados. A revisão do saldo previsto para a balança comercial encurtou de US\$ 11,5 bilhões ini-

ciais para um total entre US\$ 7,5 e US\$ 8 bilhões. Estamos contando com US\$ 2,35 bilhões provenientes de agências internacionais e com US\$ 4 a US\$ 4,5 bilhões que sairiam da capitalização quase total dos juros dos bancos credores hoje montando US\$ 4,8 bilhões anuais.

A atuação do Brasil nas diversas frentes em que irá operar, será extremamente móvel e versátil. O fluxo novo a ser contabilizado virá de origens distintas. A das agências internacionais — US\$ 2,35 bilhões — e a dos bancos privados, totalizando US\$ 4,5 bilhões para compor os nossos compromissos em 1987.

Não será tarefa fácil. As resistências serão enormes, principalmente diante das provisões contábeis que alguns bancos poderão adotar no trimestre em que se vencerem os juros que o Brasil se nega a pagar, por ora. Se o CityCorp, por exemplo, absorver o prejuízo e inscreverlo em crédito em liquidação, poderá assumir uma posição retaliatória contra o Brasil, iniciando uma reação em cadeia contrária às nossas pretensões.

O nosso País não está órfão nessa briga. Somos o terceiro superávit comercial da atualidade; dispomos de US\$ 3,9 bilhões de reservas; ocupamos a oitava posição na economia mundial. E acima de tudo temos a maior e mais estratégica de todas as armas: somos o maior devedor da Terra e o nosso endividamento, se for às últimas conseqüências, levará à falência o sistema bancário dos Estados Unidos. Conseqüência derradeira que obviamente não está nas cogitações brasileiras mas poderá ser a hipótese-síntese do ministro Dilson Funaro. Se falharem todas as tentativas que serão feitas nos próximos meses.

Aos poucos a posição brasileira nas negociações a terem lugar, daqui para a frente, em relação à dívida externa, vai ganhando nitidez. A questão da moratória, habilmente colocada pelo ministro Dilson Funaro, como sendo uma hipótese a ser caracterizada, desenhase com mais clareza. Não será apenas uma, mas sim várias hipóteses a serem configuradas diante de cada situação. Os pressupostos de hoje já não se articulam com as propostas iniciais. O grau de generalidade vai sendo substituído em razão das reações que as nossas autoridades estão registrando no exterior. Tanto Funaro quanto Gros estão em viliatura externa, percorrendo um roteiro geopolítico que tem muito a ver com a localização das grandes bancas do mercado internacional do dinheiro. Washington, Nova Iorque, Londres, Paris, Frankfurt, Zurich e Roma foram visitadas pelo ministro da Fazenda do Brasil. Até aqui as respostas obtidas, embora discretas nas aberturas que proporcionaram, não inquietam pelo que deixam antever.

A britânica reação do ministro Nigel Lawson, apontando para os rumos do FMI, além de fria e distante, era esperada. Na Europa, a Inglaterra representa interesses norte-americanos e por isso mesmo outra não poderia ser sua a posição adotada. Todavia, para a França a questão ganha outra vertente. Apesar da moratória brasileira os gauleses resolveram desafiar os mecanismos financeiros internacionais e liberaram créditos representados por equipamentos hospitalares e para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e lavra da Petrobrás. Os resultados do restante da viagem ainda estão por ser apurados. Todavia, dificilmente deixarão